

Nada mais havendo a tratar, a Presidenta Cássia agradece a presença de todos e encerra a reunião às 17h00, enquanto eu, Valéria da Silva Reis Ribeiro Primeira Secretária e da Secretaria Executiva, lavramos a presente ata que, após aprovação em plenário, será publicada no Diário Oficial da Cidade.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS/SP

COMUNICADO - COMAS - SP Nº98/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS/SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 12.524, DE 01.12.97, REGULAMENTADA PELO DECRETO 38.877, DE 21.12.99 E, COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, TORNA PÚBLICA A ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 21 DE MAIO DE 2015.

CARLOS NUMBU

Presidente em exercício

COMAS/SP

ATA Nº 32/2015 REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE VINTE E UM DE MAIO DE 2015 DO PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP. Ao vigésimo primeiro dia do mês de maio de 2015, quinta-feira, no período das 14h00min às 19h30min, foi realizada a plenária extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS - SP, na Sede do Conselho à Praça Antônio Prado, nº 33, 12º andar, Centro, São Paulo/SP de acordo com Comunicado COMAS-SP nº75/2015, publicado no D.O.C. de 15/05/2015, pág. 49.

A Presidente Cássia Goreti faz a abertura dos trabalhos do dia, cumprimentando a todos e todas presentes, e introduz o histórico da construção da modalidade 4 de SEAS que será analisado, esclarecendo que no dia de hoje faremos a leitura de material novo, uma vez que na reunião conjunta da Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos - CPP e Comissão de Finanças e Orçamento - CFO tivemos amplo debate e concluiu-se a necessidade de reformulações, e dado o curto prazo para o posicionamento do COMAS-SP, que o mesmo veio direto para a plenária. Na sequência solicita que a Secretária Executiva, Susana de Almeida Silva faça a verificação de quorum e substituição de Conselheiros para a composição da mesa. A Sra. Susana faz a verificação de quórum, sendo que: Presentes os seguintes Conselheiros Titulares: Jose Luiz da Silva, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, Carlos Nambu, Natanael de Jesus Oliveira, Valéria da Silva Reis Ribeiro, Cassia Goreti, Walter Antonio Morato, Marília Camara de Assis, Claudia Elizabete da Silva, Gabriela Biazzi Justino da Silva. Suplentes: Carmem Ligia Fontoura Bongiovanni. Justificadas: Daniel Martins, Valéria Cristina Lopes Princz, Elisa Maria Grossi Manfredini, Jose Ricardo Goulart, Maria Alice Ramos de Carvalho, Vera Aparecida Salgueiro Pereira, Ivana Azevedo Martins Vilgelinas, Clodoaldo Jose Muchinski. Ausentes: Gislene Ferreira Américo, Maria Aparecida Nery, Celina Coutinho, Fernanda Campagna, Sergio Pinto Carneiro, Marisa Altomare Ariento. A Sra. Susana informa que a mesa está composta com os seguintes conselheiros na titularidade: Jose Luiz da Silva, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, Carlos Nambu, Natanael de Jesus Oliveira, Valéria da Silva Reis Ribeiro, Cassia Goreti, Walter Antonio Morato, Marília Camara de Assis, Claudia Elizabete da Silva, Gabriela Biazzi Justino da Silva. A Presidente Cássia faz a leitura da pauta: 1- Posse dos Conselheiros do Poder Público; 2- Apreciação e deliberação do COMAS quanto à nova modalidade de SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social às pessoas na rua e em situação de rua que fazem uso das ruas para o consumo de substâncias psicoativas; e 3- Informes. Coloca em seguida para a aprovação do pleno. Houve a aprovação da pauta e em seguida a Presidenta Sra. Cassia consulta a Sra. Susana Almeida, Secretária Executiva, diante do primeiro item da pauta que trata da posse dos conselheiros, se houve alguma publicação no Diário Oficial, de indicações de alguma secretaria que tem vacância neste Conselho, para que sejam feitas as posses dos mesmos. A Sra. Susana informa que consta no Diário Oficial da Cidade apenas a nomeação da Sra. Marília Camara de Assis, para representar a Secretaria de Governo Municipal neste Conselho. A Presidenta na sequência dá posse a Sra. Marília, dando lhes boas vindas. Informa que estão presentes alguns indivíduos a assumir a pasta da Secretaria de Finanças, apresenta a Sra. Débora Maria Mustapha Coelho, que será suplente da Marília, o Sr. Caio Rioei Yamaguchi Ferreira da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e Vinícios dos Santos Pereira Reis – Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico. A Presidenta Cássia informa que estamos aguardando a indicação oficial, neste momento estão com convidadas. Na oportunidade a Presidenta Cássia concede a palavra para a Sra. Conselheira Marília para se manifestar, e a mesma registra sua satisfação por retornar a este Conselho e está organizada para contribuir e estar presente nas Comissões. Houve a indicação da Sra. Marília para assumir a coordenação da CFO, contudo, o Sr. Vice-presidente Carlos Nambu esclarece que a indicação da Conselheira Marília para coordenar a CFO precisa entrar na pauta da próxima plenária, uma vez que, por ser uma reunião extraordinária, temos pauta única e não será possível inclusão de pauta. Agradece a presença dos convidados presentes: Ricardo de Lima – Fórum de Assistência social – F.A.S, Vanessa Ramos Henrique – Instituto Santa Lucia e Adam Teodoro da Silva Rodrigues – SAEC. O convidado Ricardo Lima (Representante do FAS), questiona se haverá a possibilidade dos convidados participarem do processo de análise da nova modalidade com destaques e sugestões, o que foi acolhido por todos os conselheiros que sinalizaram a possibilidade desta participação democrática. Na sequência inicia-se o segundo ponto de pauta que é a apreciação e deliberação do COMAS quanto à nova modalidade de SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social às pessoas na rua e em situação de rua que fazem uso das ruas para o consumo de substâncias psicoativas. O Conselheiro Natanael solicitou ao pleno que não fosse feita a leitura da memória da reunião conjunta CPP e CFO do dia 12 de maio de 2015, mantendo apenas a memória na ata, uma vez que os encaminhamentos relatados já apontaram para a necessidade de rever todo o material apresentado e que diante dos encaminhamentos, a Sra. Isabel Cristina Bueno fez a proposta, havendo, portanto, alteração de todo o conteúdo e formato do serviço, não compensando a leitura da memória uma vez que a matéria a ser analisada será outra. Memória da Reunião Extraordinária Conjunta da Comissão de Políticas Públicas, Legislação, Defesa e Garantia de Direitos – CPP e Comissão de Finanças e Orçamento - CFO - 12/05/2015. Local: Sede do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS/SP. Endereço: Praça Antonio Prado, nº 33 – 12º andar. Dia: 12/05/2015 Horário: das 09h30 às 12h30. Conselheiros Presentes: Poder Público: Cassia Goreti da Silva, Cláudia Elizabete da Silva, Walter Antonio Morato, Gabriela Biazzi Justino da Silva, Sociedade Civil: Valéria da Silva Reis Ribeiro, Daniel Martins Silva, Natanael de Jesus Oliveira, José Luiz da Silva Ausências Justificadas: Carlos Nambu, Zorobabel Mendes Rodrigues. Conselheiros Ausentes: Maria Aparecida Nery da Silva, Valéria Cristina Lopes Princz, Gislene Ferreira Américo, Maurício de Góis Dantas, Fabio Alves Correia, Marisa Altomare Ariento. Convidados: Luciana de Toledo Temer Lullia – Secretária Municipal de Assistência Social, Isabel Cristina Bueno – Coordenadora da Proteção Social Especial/SMADS, Ricardo de Lima – Fórum de Assistência Social da cidade de São Paulo – F.A.S – SP, Carlos Henrique – Associação arte e Artesão. Assessoria Técnica: (Secretaria Executiva): Daiane S. Liberti. Pauta: 1) SERVIÇO ESPECIALIZADO DE ABORDAGEM SOCIAL ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA (SEAS) - MODALIDADE DE BRAÇOS ABERTOS. Justificativas, Observações ou Parecer da Comissão: (Relato circunstanciado) Estiveram presentes na reunião conjunta a Sra. Secretária Luciana Temer e Sra. Isabel, técnica de SMADS. A Sra. Secretária realizou breve apresentação inicial do projeto, apontando a necessidade da criação de SEAS voltado especificamente para os atendidos pelo programa De Braços Abertos. Explanou que, à época da implantação do De Braços

Abertos, houve o destacamento de equipe específica de SEAS, que, nesse primeiro momento, estava exercendo sua função típica. No entanto, com o avanço do programa para etapas seguintes, a equipe do SEAS passou a exercer funções mais amplas, que envolviam o acompanhamento dos atendidos pelo programa De Braços Abertos (extrapolando a função típica de abordagem). Discorreu que SMADS avalia que há necessidade de criação desse SEAS específico, cuja implantação se daria por meio de duas etapas. Chamamento público (configuração de profissionais) para atuação inicial nas cenas de uso e posteriormente qualificação para atuação no acompanhamento dos beneficiários do programa De Braços Abertos. Assim, a grande diferença da modalidade SEAS De Braços Abertos para modalidade SEAS regular seria justamente sua configuração voltada para essas duas etapas de atendimento. Em seguida, a Comissão iniciou a leitura e discussão do projeto apresentado por SMADS ao COMAS. O documento incluiu histórico sobre o programa De Braços Abertos (que iniciou-se como projeto e transformou-se em programa municipal), bem como informações como princípios e normativas que o delineiam e suas características principais, e, por fim, a caracterização da modalidade SEAS De Braços Abertos. Também foi analisado os Quadros de RH (quadros referentes às etapas 1 e 2 do Projeto).

As discussões incluíram os pontos sobre os quais se discorreu a seguir. 1) A tipificação do SEAS (Política Municipal de Assistência Social) já inclui três modalidades. Questionou-se o motivo pelo qual é necessário criar uma nova modalidade com nome de um programa da gestão, de governo. A sugestão é que não haja essa vinculação (associação ao De Braços Abertos) e que se modifique o nome do projeto - em analogia às demais modalidades, definir o nome pela população-alvo ("Serviço Especializado de Abordagem Social às pessoas na rua e em situação de rua que fazem uso das ruas para o consumo de substâncias psicoativas"). 2) A Sra. Isabel ressaltou que a minuta será encaminhada ao COMAS em formato de Portaria até quinta-feira (e não no formato hoje apresentado, que serviu para apresentação do projeto). A justificativa do Programa só vem para anexar aos anais, só nos cabe analisar e recomendar sobre a modalidade de SEAS. Quanto ao público alvo, Carlos questiona se no público alvo não deveria contemplar a família. Dra. Luciana, Bel e Valéria explicam a lógica da abordagem individual que nem sempre implica no atendimento de toda a família, mas que deve ser previsto nas ações que em caso de famílias onde todos façam uso abusivo de drogas que haja atendimento e encaminhamento específico. Valéria destaca que a modalidade do SEAS está muito misturado ao Programa de Braços Abertos. Dra. Luciana concorda e diz que a SMADS fará o necessário para objetivar para detalhar enquanto SEAS. Natanael cobra novamente para que SMADS encaminhe antes, com um calendário, as suas demandas. A Secretária Luciana, devido a compromissos na SMADS, se retira antes do término da reunião. A Sra. Isabel fala das dificuldades e das lacunas existentes no projeto, pois ainda faltam complementações que dependem das reformulações da Portaria 46. Ela resalta que ainda é necessário garantir a segunda etapa do projeto. A Presidenta Cássia solicita que ela esclareça essas duas etapas e pergunta se existe uma dependência muito grande da segunda etapa da primeira? Isabel fala que existe uma vinculação mais próxima, mais fina. Pensamos em etapas por que o quadro de RH muda na segunda etapa, mas também pode ser passo 1 e passo 2. As pessoas não estarão todas no mesmo momento, as duas etapas acontecem concomitantemente. Sr Daniel diz que o acesso ao Pronatec caiu, como o projeto vai atender a essa fase se não existirem vagas no Programa? Isabel diz que não podemos vincular o projeto ao programa de governo, mas estará vinculado à Secretaria do Trabalho, mas não na lógica da Assistência, terá um alcance maior. Carlos indaga sobre o SENAI, como entra o SENAI nessa história? Cássia explica que é mais complicado, pois depende de negociações com o sistema S. Destaque da Valéria: Os objetivos específicos entrariam na composição do serviço SEAS, não é do Programa. A sugestão é somar ao que está na Portaria, mas aí estaremos alterando a Portaria... Isabel explica que quando for aprovado o texto introdutório vai se referir a essa alteração. Valéria diz que o projeto acrescenta uma quarta modalidade no SEAS e, inclusive o objetivo geral muda, além dos objetivos específicos que serão acrescidos. Cássia sugere que a parte que se refere à abordagem se transforme em objetivo específico. Ação intersecretarial também deveria ser objetivo específico do SEAS. Metodologia, Cássia e Valéria, acham que o que está colocado na proposta não é metodologia, é mais uma justificativa. Valéria sugere que se explique passo a passo como será desenvolvido o projeto. Isabel propõe um detalhamento onde entrarão as definições de cada fase. Como se dará a promoção de uma fase para outra. Isabel explica que na segunda fase deverá ter uma reorganização da equipe ao que Valéria acrescenta que precisa ter um grupo inicial e um grupo avançado. Quando o usuário sai da condição de iniciante, ele já passa para o grupo avançado, que já estará formado. Na primeira fase a previsão é de um orientador para cada 25 usuários, na segunda fase é um orientador para cada 20 usuários, então se acresce. Ricardo indaga sobre horário de funcionamento, Natanael esclarece que é o item 10. Funcionamento de 24 horas. Isabel explica que dependendo do local esse horário muda, pois há regiões em que é perigoso os trabalhadores chegarem em determinados horários. Natanael diz que isso já está explícito no texto. Funcionamento mínimo, qual é? Ainda não está definido, mas a Sra Isabel diz que talvez a sugestão de horário mínimo será de 12 horas. Isso terá que ser esclarecido dentro dos horários de cada profissional, mas a carga horária de 40 horas é estafante. Área de abrangência e formato de acesso, qual é o governo local? Isabel diz que são as subprefeituras e secretarias pertinentes. Sugestão da Cássia: Área de abrangência, o SEAS atuará nas regiões com cenas de uso de substância psicoativas identificadas pelas supervisões de Assistência Social. Complementa: Na metodologia: "Serão identificadas e bases oficiais de Secretarias Municipais, estaduais e federais." Tempo de Permanência: Plano Terapêutico Singular - precisa esclarecer na metodologia que isso será responsabilidade da Saúde. Isabel salienta que isso deve ser retirado, ao que Valéria diz que isso não é responsabilidade da Assistência Social. Cássia diz que o Programa Braços Abertos precisa ser escrito, precisa detalhar o papel de cada secretaria. O COMAS recomenda que as secretarias façam esse detalhamento. Metas - Valéria acha que precisa especificar metas, quantificação. Isabel diz que tem receio de fechar números, pois isso pode amarrar o projeto. Valéria diz que nos convênios é necessário ter um per capita, no chamamento precisa ter uma definição, então isso precisa estar especificado, mesmo que seja um mínimo e máximo. Valter sugere que tenha a equipe mínima para atendimento e isso se altere conforme aumentam os usuários para atendimento. Incluir o número máximo de atendimentos por equipe mínima. Explicitar na proposta que haverá no mínimo 25 usuários e no máximo 125 para a mesma equipe. - isso vai esclarecido no anexo do projeto. Destaque - Espaço físico - Isabel diz que esse item precisa respeitar a Portaria 46. A ideia é um ponto de referência para o usuário, que seja fixo, ou móvel, mas que terá itens mínimos para referenciar e desenvolver o serviço. A estrutura de banho e alimentação será prestada por outros serviços da Assistência - Braços Abertos. Terá um lanche, mas esse lanche estará vinculado às atividades. A segurança alimentar do usuário, bem como o abrigamento será provido pela Assistência. Item 11 - uniformizar termos. Trabalho Social - Valéria: reformular texto pois qual o grupo que vai qualificar as pessoas para o mercado de trabalho, ela entende que não será esse grupo que vai qualificar. Aquisição dos usuários - suprimir terceiro item - espaços reservados para pertences... - . Natanael pergunta: Qual o momento de desligamento do projeto? Não há, depende do plano de atendimento do usuário - PIA. Valéria questiona sobre a garantia de frequência às escolas das crianças e adolescentes vinculados ao projeto, isso não é da nossa competência. Isabel diz que verificarei quais são as exigências do Ministério Público. Próximos

destaques são em relação ao RH, pequenas reformulações que Isabel fará, bem como a adequação do texto ao quadro de RH. Valéria solicita que a carga horária de cada função seja escrita no projeto. Natanael, item 15 - Aluguel e IPTU - Quantidade de atendimento estará no anexo 1. Valor do Serviço - anexo 1. Isabel vai mandar a Portaria, os anexos, modelo de planilha. Vai encaminhar tudo para o COMAS até sexta-feira, dia 15 de maio. Natanael - alimentação do RH - Isabel diz que não está garantido, não há como incluir a alimentação dos funcionários deste Serviço específico, sem resolver a questão geral de todos os serviços da Assistência. Norma técnica - depois da execução. Motorista - repasse no Convênio, a Secretaria paga as horas, por isso o motorista não consta no quadro de RH. Cota do Aprendiz, o COMAS pode propor um diálogo com os setores envolvidos. Encaminhamentos e Propostas da Comissão: A SMADS vai encaminhar até o dia 15 de maio as adequações para nova análise da Comissão. Deliberação do Plenário: Coordenação: Natanael de Jesus Oliveira. Relatoria: Cláudia Elizabete da Silva, Walter Antonio Morato, Gabriela Biazzi Justino da Silva. A Sra. Isabel encaminhou para o COMAS-SP o material refeito, e por não ter havido tempo hábil para realisar a CPP e CFO, o material foi entregue e será debatido diretamente na plenária. Ainda sobre a apresentação da nova modalidade de SEAS o Conselheiro Natanael manifesta sua posição contrária de que uma proposta venha direto para a plenária, sem ter o debate da comissão, e enfatizou a necessidade de a SMADS se programar para que não haja apresentações de matérias para debate do pleno com prazo tão acirrado. A Presidenta esclarece que se conste em ata, que essa situação foi de extrema necessidade e de caráter excepcional, diante da necessidade urgente da matéria para cumprimento de prazos, e que renova o desejo e empenho da SMADS para que casos como esse não se repitam. A Sra. Isabel Bueno, Coordenadora de Proteção Social Especial apresenta breve relato do ocorrido na reunião 12 de maio de 2015, esclarecendo que o material hoje apresentado, procurou se adequar as solicitações dos membros da CPP e CFO, uma vez que não havia clareza da metodologia. Esclareceu que todo o material procurou seguir a estrutura estabelecida na Portaria 46, conforme solicitação das comissões, contudo, está inserido o detalhamento da metodologia, e que o que será avaliado estava em cores diferentes, pois em cor preta trata-se de texto que consta na atual portaria, e que não será objeto de análise. As conselheiras Gabriela e Claudia fizeram a leitura da proposta do Serviço e durante o processo os conselheiros fizeram seus destaques. Após a leitura iniciou-se o debate. A primeira proposta foi de alterar o objetivo específico, e foi aprovado o seguinte texto: abordar e acompanhar pessoas na rua e em situação de rua que fazem uso das ruas para o consumo abusivo de substância psicoativas em cenas de uso. Surgiram dúvidas quanto a unidade móvel, e a Sra. Isabel esclarece que as unidades móveis serão neste momento adquirido com verba de aceite firmado com o Governo Federal, existe parceria e recursos federais para esse investimento. O Conselheiro Natanael registra que é preciso pensar em reavaliar a necessidade de prever nas verbas de alimento dos funcionários, uma proposta para atender essa necessidade que é trabalhista, e que no entendimento dele não pode ser uma contrapartida da entidade, e sim tem que ter previsão orçamentária da SMADS. O Sr. Vice-presidente Carlos Nambu pergunta quem financiará a unidade móvel, a Sra. Isabel esclarece que hoje tem a previsão de recursos federais, com isso foi identificada a necessidade de melhoria do texto, acolhido e complementado. A Sra. Isabel esclareceu que a metodologia aqui descrita não será publicada na portaria, tendo em vista que seguirá a mesma estrutura da portaria já existente. O Conselheiro Carlos Nambu e o Sr. Ricardo (do FAS) identificaram a necessidade de fazer um debate sobre o trabalho socioeducativo, e o encaminhamento proposto é que se oportunize o debate no COMAS-SP desta matéria, no momento da discussão da portaria 46. Sugerido também que o tema inclusão produtiva também seja matéria de debate na discussão da portaria, sendo acolhidas as propostas. Durante os questionamentos da modalidade de SEAS, entendeu-se ser necessário inserir também no debate da portaria 46, a questão de seleção de profissionais junto com o supervisor técnico da SAS de referência, e o Conselheiro Carlos Nambu sugere que no texto "seleção de profissionais junto com o supervisor técnico da SAS de referência", haja a supressão do termo "(...) junto com o supervisor técnico da SAS de referência", e que essa é uma reivindicação das entidades sociais e do FAS, por entenderem que isso demonstra ingerência do Governo, uma vez que a entidade é quem contrata e responde pelas questões trabalhistas junto aos órgãos do trabalho, por ser contratante no regime da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). O Sr. Ricardo do FAS concorda com o vice -presidente e diz que muitas vezes as organizações são coagidas a contratarem a pessoa indicada pela SAS. A Sra Isabel, de SMADS, argumenta que essa é uma denúncia muito grave e que, se de fato acontece, já deveria ter sido feita junto à Secretaria. A Presidenta Cássia e a conselheira Claudia concordam com a representante da SMADS e salientam que o Fórum de Assistência Social deveria formalizar a denúncia, já que é esse tipo de atitude que mancha a atuação dos servidores públicos e do serviço público em geral. A Presidenta Cássia sugere outra proposta, de que seja inclusa sua proposta de que a seleção de profissionais aconteçam de maneira compartilhada e corresponsável com o supervisor. Postas as três propostas, e não havendo consenso e tão pouco a retirada de nenhuma das propostas, a Presidenta iniciou o processo de votação. Proposta 1: Seleção de Profissionais junto com o Supervisor Técnico da SAS de Referência; Proposta 2: Seleção de Profissionais; e, proposta 3: Seleção de Profissionais de Maneira Compartilhada e Corresponsável com o Supervisor Técnico da SAS de Referência. Resultado da votação: Proposta 1: não houve voto; proposta 2: houveram 4 (quatro), sendo estes dos conselheiros Natanael, Carlos Nambu, Jose Luis e Valéria, que solicitaram que seus votos fossem nominativos, por serem favoráveis a manter apenas o texto: Seleção de profissionais, excluindo a possibilidade de supervisão técnica das SAS participar da seleção dos candidatos as vagas de trabalho. Quanto a Proposta 3 se manifestaram favoráveis a mesma, 5 conselheiros. Ficando então seguinte texto aprovado: Seleção de Profissionais de Maneira Compartilhada e Corresponsável com o Supervisor Técnico da SAS de Referência. Seguindo o debate o Conselheiro Natanael solicitou o registro de que também haja o debate na revisão da portaria 47 quanto à corresponsabilidade da SMADS nas ações trabalhistas e na previsão de verba para cumprir com a cota obrigatória de Aprendiz, sendo acolhida pelo pleno. Os participantes Vanessa e Ricardo questionaram, dada à natureza do trabalho, se nesta modalidade não seria necessário que o quadro de RH previsse como Técnico somente o indicativo do Assistente Social. A Sra. Isabel disse que tinha a impressão que não era prevista na Portaria 46/SMADS/2010. Esgotando-se todas as manifestações e destaques, seguiu-se para a análise das planilhas de custos, e todos foram unânimes em validar as opções de serviços para atender 100 usuários, 500 ou 1000 usuários. E com o adiamento da hora, após correção do quadro de RH, foi deliberado pelo plenário que o ajuste de valores e fechamento das planilhas de R.H. seriam finalizadas na reunião da CPP do dia seguinte, bem como, frente à verificação da Sra. Isabel, sobre a possibilidade de contratação de Técnico de outras áreas previstas na Portaria 46, incluiríamos os mesmos considerando proporção mínima de 50% para a contratação de Assistentes Sociais e as demais 50% para outros profissionais previstos na NOB-RH/SUAS. A descrição do serviço foi submetido à aprovação do pleno, com aprovação e em seguida foi lida a minuta da resolução, esta também aprovada pelos conselheiros presentes. Nada mais havendo a tratar, a Presidenta Cassia Goreti agradece a presença de todos e encerra a reunião às 19h30, enquanto eu, Valéria da Silva Reis Ribeiro, Primeira Secretária, lavro a presente ata que, após aprovação em plenário, será publicada no Diário Oficial da Cidade.

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS/SP

COMUNICADO - COMAS - SP Nº99/2015

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO – COMAS/SP, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI 12.524, DE 01.12.97, REGULAMENTADA PELO DECRETO 38.877, DE 21.12.99 E, COM AS DISPOSIÇÕES DE SEU REGIMENTO INTERNO, TORNA PÚBLICA A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26 DE MAIO DE 2015.

CARLOS NUMBU

Presidente em exercício

COMAS/SP

ATA Nº 33/2015 REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26 DE MAIO DE 2015 DO PLENÁRIO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO PAULO - COMAS-SP.

Ao vigésimo dia do mês de maio de 2015, terça-feira, no período das 13h30min às 16h00min, foi realizada a plenária ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS - SP, na Sede do Conselho à Praça Antônio Prado, nº 33, 12º andar, Centro, São Paulo/SP de acordo com Comunicado COMAS-SP nº 81/2015, publicado no D.O.C. de 23/05/2015, pág. 65. Presentes: Conselheiros Titulares: Gislene Ferreira Américo, José Luiz da Silva, Maria Aparecida Nery, Valéria Cristina Lopes Princz, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, Carlos Nambu, Natanael de Jesus Oliveira, Valéria da Silva Reis Ribeiro, Cassia Goreti da Silva, Walter Antonio Morato, Marília Camara de Assis, Claudia Elizabete da Silva, Gabriela Biazzi Justino da Silva. Conselheiros Suplentes: Zorobabel Mendes Rodrigues, Celina Coutinho, Vera Aparecida Salgueiro Pereira, Ivana Azevedo Martins Vilgelinas, Clodoaldo Jose Muchinski, Caio Rioei Yamaguchi Ferreira. Justificadas: Daniel Martins Silva, Maria Alice Ramos de Carvalho, Elisa Maria Grossi Manfredini, José Ricardo Goulart, Carmem Ligia Fontoura Bongiovanni, Ausentes: Fernanda Campagna, Elaine Aparecida Lorenzo, Sergio Pinto Carneiro, Marisa Altomare Ariento. Mesa de deliberação: Gislene Ferreira Américo, José Luiz da Silva, Maria Aparecida Nery, Valéria Cristina Lopes Princz, Joaquim Carlos Monteiro de Carvalho, Carlos Nambu, Natanael de Jesus Oliveira, Valéria da Silva Reis Ribeiro, Cassia Goreti da Silva, Walter Antonio Morato, Marília Camara de Assis, Claudia Elizabete da Silva, Gabriela Biazzi Justino da Silva. Convidados: Allan Carvalho – Fórum de Transparência, Participação e Controle Social – FTPCS, Silma Regina Rirani França – ABRAPEC, Sandra Regina de Carvalho Lojudice – Fundação Francisca Francisco e Clara de Assis, Nancy Maria Fidalgo Peres – Associação de Auxílio Mutuo da Região Leste – APOIO, Alexandre Tiezzi – Pia Sociedade de São Paulo, Adriana M. C. Ferreira e Leandro Gonçalves Lima da Coordenadoria de Gestão Administrativa – Contabilidade /SMADS. Em seguida foi colocada a pauta para a aprovação, uma vez que todos receberam antecipadamente. Pauta: 1 - Posse de Conselheiros; 2 - Secretaria Executiva - Verificação de quórum e substituição de Conselheiros; 3 - Aprovação da Pauta; 4 - Aprovação da Ata nº 31 de 08/05/2015; 5 - Conselho Diretor; 5.1 – Indicação para o Coordenador(a) da Comissão de Finanças e Orçamento; 6 - Informes - Secretaria Executiva; 7 - Relato do Conselho Diretor; 8 - Relatos das Comissões: 8.1 - Comissão de Finanças e Orçamento – CFO; 8.1.1 - Apresentação e aprovação do Demonstrativo da Execução dos Recursos Federais em 2014; 8.2 - Comissão de Políticas Públicas, Legislação e Defesa de Direitos – CPP; 8.3 - Comissão do Controle Social do Bolsa Família – CSCPBF; 8.4 - Comissão Central da XI Conferência Municipal de Assistência Social; 8.5 - Comissão de Monitoramento e Deliberações das Conferências Municipais. O Conselheiro Natanael solicita inclusão de Pauta, pois acredita ser fundamental a revisão do Calendário do COMAS diante de tantos eventos que estão sendo programados, tendo em vista as audiências públicas do CONFERIR nas macros regiões, bem como as conferências regionais. O Conselheiro Clodoaldo esclarece ainda que será necessário também incluir na pauta a definição do horário de funcionamento da CRI, aprovadas as inclusões na pauta. A Aprovação da Ata nº 31 de 08/05/2015 ficou para ser colocada para aprovação dos conselheiros na próxima plenária, uma vez que alguns conselheiros relataram que não fizeram a leitura, pois não tiveram tempo hábil, houve demora na elaboração devido a mudança do conselho diretor, e viagem a Brasília de todo o CD na semana posterior a plenária de 08 de maio. O Vice-Presidente Carlos Nambu na sequência coloca em aprovação a indicação para a coordenação da Comissão de Finanças e Orçamento a Conselheira Marília Camara de Assis, que foi aprovada pelo pleno, esclarece então que, deixa a coordenação interina o Conselheiro Natanael. Com a chegada da Presidenta Cassia, passa o condução da plenária para a mesma. A Sra. Presidenta Cássia saúda a todos os presentes, conselheiros, conselheiras, convidados e convidadas. Em seguida justifica seu atraso, e esclarece que precisará se ausentar a partir das 16 horas, caso o pleno ainda tenha matéria para debater, tendo em vista viagem marcada a serviço da SMADS. Na última reunião do CDA ficou acordado que o Conselheiro Carlos Nambu ficará com o relato do CDA e informes do CD. A Presidenta Cássia passa a palavra para o Conselheiro Carlos Nambu para apresentação do Relato do Conselho Diretor Ampliado. Inicialmente esclarece que todos os conselheiros receberam o relato do CDA, e que ele fará apenas um resumo dos itens abordados no relato do dia 22 de maio. Informou a mudança do dia e horário das reuniões da CPP, sendo estas agora realizadas às quintas-feiras, na parte da manhã. Informou que foi cancelada a reunião do GT de Estudo de Normatização de Assessoria e Defesa de Direitos e Casa de Apoio, no dia 28, tendo em vista a reunião que acontecerá com a empresa MARGEM no dia 28 de maio, para a apreciação da sistematização do CONFERIR e que será apresentado nas audiências públicas nas macro regiões, ação da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Municipais. O outro item de pauta do CDA foi a definição quanto a manutenção e atualização do Facebook, Blog e Site do COMAS-SP, pois foi identificado que o mesmo precisa ser dinamizado, em especial o Facebook. Por definição do CDA o Facebook ficará sob responsabilidade das Conselheiras Gabriela e Claudia, e o Servidor Max ficará com a responsabilidade de atualização do blog e do site do COMAS-SP. Houve esclarecimentos sobre a mudança dos conselheiros que irão para o CNAS, tendo em vistas as questões administrativas, em especial ao que se refere ao recebimento das diárias, pois existem alguns impedimentos, como por exemplo, somente as conselheiras representantes de SMADS podem receber os adiantamentos referentes as despesas dos conselheiros da sociedade civil, e como existe um período para solicitar novos adiantamentos para os nomes da Presidenta Cássia e da Conselheira Carmem, além da necessidade de validação das prestações de contas que não podem estar pendentes, foi estabelecido pelo CDA que faríamos um remanejamento. O Vice-presidente Carlos Nambu esclareceu ainda que também um dos motivos de mudança da Sociedade Civil é devido a problemas de saúde do Conselheiro Zorobabel, e a sugestão foi a indicação da Conselheira Valéria Princz, mas que dependerá de confirmação de autorização no seu local de trabalho.. A Conselheira Maria Aparecida Nery que seria outra possibilidade, na impossibilidade da Conselheira Valéria Princz se manifestou impossibilitada de ir. Existe dificuldade da Conselheira Carmem ir, então como a Conselheira Cláudia já havia iniciado seu processo, ela irá no lugar, e a Conselheira Carmem não irá mais, para que possa, caso haja tempo, ser utilizado o seu RF para receber os recursos para a Sociedade Civil. O assunto ficou pendente, dependendo do tempo que está exíguo para encaminhar novos processos. O Vice-Presidente relata que o Conselheiro Natanael participará de Reunião da Comissão de Monitoramento do CPOP. A reunião acontecerá no dia 02.06, terça-feira, às 9h, na sala de reunião da SMRG, e terá como pauta: Acompanhamentos dos projetos prioritários de Saúde, Assistência Social e Agendas Transversais. Em seguida o Vice-presidente Carlos Nambu esclarece que esteve na Reunião do CNAS, e solicita